



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001360-74.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **Gustavo Uemura Bretone - Mei**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que por intermédio de revenda autorizada celebrou com a ré contrato de prestação de serviços de telefonia mediante a promessa de que faria jus à portabilidade de três números de outra operadora e de que o plano não contemplaria cláusula de fidelidade.

Alegou ainda que soube após algum tempo que não seria possível a implementação da aludida portabilidade e que o ajuste estava sujeito a uma fidelização de 24 meses.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES:**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade de sua conduta.

O ponto central da controvérsia concerne à garantia feita ao autor no ato da contratação em pauta de que o plano avençado não estaria sujeito a cláusula de fidelidade e que ele poderia levar a cabo a portabilidade de três números de outra operadora.

Nesse contexto, e diante do que prevê o art. 6º, inc. VIII, do CDC (explicitamente mencionado no despacho de fl. 136, vale frisar), tocava à ré demonstrar que tais promessas não tiveram vez.

Note-se que a espécie não diz respeito à comprovação de fato negativo porque reunia a ré plenas condições de, por intermédio dos agentes que firmaram o contrato com o autor, patentear que em momento algum lhe foi dada a garantia seja de poder efetuar a portabilidade de três números de outra operadora, seja de que o plano não contemplava cláusula de fidelidade.

A ré, todavia, não amealhou um só indício nessa direção.

Como se não bastasse, o autor deixou claro que não se interessou pelos *chips* recebidos da ré (desejava na realidade a portabilidade dos números que já possuía) e em consequência sequer os utilizou.

A assertiva está em consonância com as faturas amealhadas pela ré a fls. 93/120, pois a análise delas denota que ao longo de meses o autor em nenhuma oportunidade fez uso efetivo dos serviços disponibilizados pela ré.

Soma-se a tudo isso a circunstância do autor ter quitado em 16/11/2017 fatura expedida para a cobrança de multa oriunda da quebra do contrato (fls. 22) e mesmo assim a ré deu sequência à emissão de outras posteriormente.

Tal panorama reforça a convicção de que as promessas feitas ao autor foram descumpridas.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A conclusão que deriva do panorama traçado é a de que a postulação vestibular merece acolhimento.

A rescisão do contrato transparece de rigor pois as condições acenadas não se concretizaram com o passar do tempo.

A restituição dos valores que o autor pagou (fl. 06) – a par de sempre admitir que não estaria obrigado a tanto – igualmente se impõe à minguia de suporte seguro que alicerçasse as cobranças havidas, mas essa devolução não se dará em dobro.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça já assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Aqui, não extraio dos autos dados consistentes que denotassem a má-fé da ré, de sorte que não terá aplicação a referida regra.

Os danos morais, a seu turno, estão configurados.

A simples leitura da petição inicial atesta o desgaste de vulto a que o autor foi exposto para a resolução de problemas que não causou.

Buscou contatos por intermédio de contatos telefônicos (há protocolos identificados a fl. 03, segundo parágrafo, que não foram impugnados específica e concretamente, como seria imprescindível) sem sucesso, não tendo a ré ao menos no caso dos autos dispensado ao autor o tratamento que era exigível para solucionar a pendência com maior brevidade.

Isso naturalmente gerou abalo consistente ao autor, a exemplo do que se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição.

É o que basta à caracterização dos danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, entretanto, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à minguia de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Não detecto, por fim, o indispensável elemento subjetivo que atestasse a litigância de má-fé por parte da ré.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes, bem como para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 1.165,90, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 36/37, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**